

20 DEZ 1990

jornal da tarde

Publicado pela S A O ESTADO DE S.PAULO

Av. Engº Caetano Álvares, 55 – 856-2122 (PABX) – CEP 02598
 São Paulo – SP – Caixa Postal 8005 – CEP 01051 SP – E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 – Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tacito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernao L. Mesquita

Editor Chefe

Celso Kinjo

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Orlando Marques

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

O ponto crítico do ajuste

Pelo lado da receita, o governo já resolveu, com os aumentos de tributos aprovados nos últimos dias pelo Congresso, o acerto fiscal que julga necessário para buscar o equilíbrio das contas públicas no próximo ano. Neste momento, a equipe econômica dedica-se ao estudo das medidas que comporão o ajuste pelo lado das despesas. E promete solenemente que, onde for possível, haverá novos e profundos cortes em despesas já fortemente reduzidas nos últimos meses.

Desde a posse de Fernando Collor de Mello na Presidência da República, o governo vem realizando um louvável esforço para ajustar as contas públicas, cujo resultado mais expressivo está nos superávits de caixa que o Tesouro Nacional vem mostrando ininterruptamente há mais de oito meses.

Para o próximo ano prevêem-se novas medidas, mais severas do que as adotadas até agora. Entre elas, ao que se informa, está o congelamento de 100% das dotações orçamentárias para despesas de capital e de 85% daquelas destinadas a despesas de custeio. Na prática, isso quer dizer que cada unidade de despesa só poderá realizar um gasto já previsto no orçamento depois que o dinheiro correspondente tiver sido arrecadado.

As empresas estatais deverão cortar 10%, em termos reais, das despesas de custeio no próximo ano, tornando-se por base as despesas de 1990, que sofreram corte de 25% em relação às de 1989. O corte inclui os gastos com pessoal e deixa de fora apenas as compras de matérias-primas. Órgãos e representações brasileiras de pouca utilidade prática serão fechados, voltarão as comissões encarregadas de controlar os orçamentos e os salários das empresas estatais, serviços públicos hoje operados exclusivamente pelo governo serão abertos à iniciativa privada e o próprio presidente da República poderá controlar diretamente as contas das estatais.

Apesar de todo o esforço, no entanto, o ganho será relativamente baixo, da ordem de 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB) previsto para o próximo ano. Com os resultados esperados das medidas tribu-

tárias já aprovadas, da ordem de 0,4% do PIB, o ajuste fiscal deverá corresponder a 1,5% do PIB.

Mesmo a reforma administrativa, anunciada em março como a grande contribuição do setor público ao programa de ajuste econômico, apresenta resultados financeiros modestos se comparados ao número de funcionários que o governo anuncia ter cortado de sua folha de pagamentos. Dos 234 mil funcionários atingidos pela reforma, 138 mil foram ou estão sendo demitidos. Mas cerca de 65 mil, colocados em disponibilidade nas administrações direta e indireta, continuam a receber seus salários integrais e custam ao Tesouro Cr\$ 32 bilhões mensais. Os demais 31 mil servidores pediram aposentadoria. O governo espera que o número de aposentados cresça mais 100 mil, como resultado do novo regime jurídico do funcionalismo. Isso alivia as contas do Tesouro, que deixa de pagar os salários, mas não alivia as contas públicas, pois os aposentados — com direito à aposentadoria integral — passarão a receber do sistema previdenciário, outra fonte potencial de déficit.

Esses esforços do governo produzem resultados tão pouco expressivos por causa da Constituição, que dá estabilidade ao funcionalismo, garante vantagens aos segurados do sistema previdenciário sem definir os recursos correspondentes e transfere receitas para os Estados e municípios sem transferir responsabilidades.

Por isso, a equipe do Ministério da Economia merece todo o apoio quando afirma sua disposição de iniciar, já em fevereiro, quando se inaugurar o novo Congresso, negociações com vistas a eliminar da Constituição os entraves ao enxugamento maior do setor público. Aí está o ponto crítico do programa de estabilização. Advertimos, porém, que, se a intenção dessa equipe é também construir uma economia moderna, a reforma constitucional pela qual eles estão finalmente dispostos a lutar deve incluir também a extirpação de dispositivos como os que asseguram monopólios estatais, desestimulam os investimentos estrangeiros e consideram o mercado interno como "patrimônio nacional".